

A CRISE DE 1990

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É-Senhor, 04/10/89

Nos próximos seis meses a probabilidade do desencadeamento da hiperinflação está reduzida. Em contrapartida são grandes as possibilidades de que esse fenômeno ocorra no transcorrer do próximo ano. Em consequência, à medida que a crise se agrava, as qualidades pessoais de coragem e firmeza que se exigirão do novo presidente para enfrentar a crise econômica são cada vez maiores.

No momento o governo e a sociedade civil "seguram as pontas" da economia; evitam a hiperinflação. Mas o próximo governo não terá outra alternativa senão tentar um ataque frontal à crise fiscal e à inflação. As probabilidade de que seja mal sucedido nessa tentativa é grande - e a sua consequência será provavelmente a hiperinflação.

A elevação recente do ágio do dólar no mercado paralelo e, logo em seguida, a previsão de uma inflação superior a 35 por cento em setembro e a súbita elevação da taxa do over para um nível superior a 50 por cento provocaram uma nova onda de nervosismo na economia brasileira. Entretanto a probabilidade de que a hiperinflação ocorra nestes próximos seis meses é pequena: o setor privado está sadio financeiramente, o superávit comercial continua alto, as reservas internacionais estão aumentando graças à suspensão do pagamento dos juros, a indexação da economia é plena. Mais importante do que tudo isso, entretanto, é o fato de que todos os agentes econômicos estão em compasso de espera, aguardando a eleição presidencial. E enquanto esperam procurarão limitar o mais possível suas ações. O governo não fará um novo choque. Os empresários não se lançarão em um grande movimento especulativo. Os trabalhadores continuarão reivindicando, mas sabem das limitações que enfrentam. A taxa de inflação deverá continuar subindo gradualmente. Em março de 1990 deverá estar em ponto qualquer em torno de 50 por cento. Mas o problema real de enfrentar a crise ficará para o próximo governo.

Ora, as dificuldades que o novo governo terá decorrem não apenas do aprofundamento da crise fiscal, que está ocorrendo todos os dias devido à política de endividamento do governo a juros reais altíssimos, mas também devido à falta de consciência, por parte da sociedade civil, da gravidade da crise e da necessidade

imperiosa de medidas fiscais muito duras nos primeiros dias do novo governo. Nem os políticos, nem os empresários, nem os funcionários, nem os trabalhadores estão dispostos a aceitar os sacrifícios inevitáveis. O escandaloso aumento de salários do Banco do Brasil decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho, da mesma forma que a permanente recusa de aumento da carga tributária por parte dos empresários, são duas indicações desse fato.

Não bastasse tudo isto, vemos na dianteira das pesquisas eleitorais candidatos populistas sem nenhuma condição pessoal ou de equipe para enfrentar uma crise que só se aprofunda. É certo que Fernando Collor de Mello está caindo nas pesquisas. Mas, por enquanto, a alternativa para Collor é Brizola pela esquerda e Maluf pela direita. E há ainda a candidatura de direita de Afif em crescimento. As classes médias conservadoras estão começando a apostar nessa candidatura, sem levar em conta o total vazio programático que ela representa. Na verdade dificilmente esses candidatos terão condições de enfrentar a crise de 1990.

Resta a alternativa Mário Covas. Não há dúvida de que é o candidato com melhores condições pessoais para realizar o ajuste fiscal que poderá evitar a hiperinflação no próximo ano. Seu programa de governo é corajoso e coerente. Sua candidatura vem crescendo. Seu prestígio nos setores formadores de opinião é maior do que o de qualquer outro candidato. Resta esperar. Talvez afinal verifiquemos que o eleitor brasileiro vota melhor do que se imagina, especialmente em momentos de crise como o atual.